



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

9. INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

MANAUS, AM, 3 DE DEZEMBRO.

NA INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA REUNIAO
DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO DA
AMAZÔNIA.

Há cerca de ano e meio, ao ter a satisfação de visitar a Amazônia, dizia eu já ser tempo «de adotarmos para esta Região alguma estratégia destinada a integrá-la no caminho da prosperidade». E acrescentei: «Dentro desse objetivo de propiciar recursos adequados ao desenvolvimento, deseja o Governo, não apenas efetivar, mas até ampliar os incentivos fiscais existentes, que deverão constituir seguro estímulo aos homens de empresa de todo o País, no sentido de reinvestirem na Amazônia os lucros tributados».

Expressa assim um compromisso, que já tardava, da Nação com a Região Amazônica. O compromisso de tratá-la, prioritariamente, integrando-a definitivamente na vida econômica do País, pois, como bem observou o Ministro João Gonçalves de Souza, tão eficiente e dedicadamente empenhado no soerguimento agora iniciado, «as instituições até há pouco existentes, via de regra, se haviam deixado entorpecer por uma atmosfera de atuação tímida, politizada e paternalista». Urgia, portanto, encontrar novos caminhos, e foi o que fizemos. Contudo, devo confessá-lo, dificilmente poderíamos imaginar que fossem tão rápidos e promissores os primeiros frutos da iniciativa governamental. Testemunha-o, porém, a vossa própria presença neste primeiro encontro de investidores.

Com uma área de cinco milhões de quilômetros quadrados e uma densidade populacional inferior a um habitante por quilômetro quadrado, a primeira preocupação do País em relação à

Amazônia brasileira — nela incluídas as vastidões do Planalto Central — tem de ser a de povoá-la racionalmente. É, portanto, fundamental ao interesse superior e permanente da Nação conduzir as correntes migratórias internas, tanto a que historicamente promana do Nordeste, quanto a que tem origem no centro-sul, num sentido que assegure, a um só tempo, a ocupação humana da Região, a conquista gradual, progressiva e planificada de seus espaços vazios. Pois daí advirá a expansão e interligação de suas ilhas econômicas internas, a vivificação das faixas de fronteiras e a definitiva ligação da Região com o resto do País.

Já se despendeu muita palavra com a conquista amazônica. Livros, discursos, conferências, campanhas públicas, apêlos, acenos de procedência internacional, reações públicas internas e matizes diferentes, inflamados discursos sobre o potencial e as dificuldades que caracterizam a imensa área, tudo feito, ano após ano, com pertinácia e ineficiência. Contudo, não acredito que haja sido um esforço perdido pois serviu para manter a atenção nacional voltada para a Região. Faltou, porém, às administrações anteriores — mais do que um desejo vago, ainda que sincero, de domar o universo amazônico — uma política definida, um plano de ação e os meios e mecanismos indispensáveis para dar realidade aos bons propósitos e intenções.

Por isso, embora devendo lutar em numerosas frentes para a recuperação das finanças e da economia nacional buscou o atual Governo criar os instrumentos e a condição essencial para assegurar a execução de uma política realista para o domínio efetivo sobre a mais vasta parcela do mundo tropical. Os instrumentos são as leis aprovadas pelo Congresso, conforme os projetos oferecidos pelo Governo; a condição essencial são os meios, inclusive o real interesse despertado em todo o País em torno da Amazônia, que deixa de ser um mistério para apresentar-se como uma realidade cheia de extraordinárias possibilidades.

Prova-o este Encontro, que podemos chamar histórico, e no qual homens da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Sul dão-se as mãos para uma empresa que repetirá, no Brasil, a façanha pioneira da conquista do Centro-Oeste dos Estados Unidos, nas primeiras décadas do século passado. Por certo não viestes aqui

para ver a paisagem da Amazônia, como fazem os turistas a cata de quadros exóticos, Homens de negócios, vitoriosos em outras partes do Brasil, estais preocupados em bem utilizar as facilidades concretas que se oferecem à iniciativa privada, para aqui repetir as vitórias obtidas em outras regiões através de empreendimentos agrícolas ou industriais modelares. Estais, outrossim, como brasileiros, motivados pelo dever de criar riquezas numa região que hoje representa para todos nós um desafio de proporções colossais.

Aí estão as leis aprovadas e regulamentadas. Aí estão os organismos federais, especialmente a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e o Banco da Amazônia, com estrutura, recursos e propósitos, esperando a iniciativa que agora já é mais vossa do que da administração pública.

A partir de amanhã, ireis, por quase uma semana, descer o Grande Rio. Não para uma excursão turística, pois aproveitareis o tempo no exame de planos e projetos, Governadores, especialistas dos organismos federais e delegações técnicas dos Estados e Territórios submeterão à vossa apreciação projetos acabados, ou perfis industriais ou agrícolas, com os pormenores reclamados por cada caso. São projetos reais relativos a uma gama variada de oportunidades, que vão do fertilizante químico, fibras e óleos vegetais, serralheria, estaleiros, mineração, material de construção, em relação a indústria. Do outro lado temos a pecuária de corte, arroz e frutas, conservas de carne, pescado, criação de búfalos e a fundação de mercados e frigoríficos.

Da sua parte está o Governo preparado para assegurar investimentos maciços, especialmente nos setores ligados à infra-estrutura, energia, saneamento básico, aperfeiçoamento dos recursos humanos e levantamento sistemático dos recursos minerais. O que representa uma base a oferecer condições muito objetivas para a captação da iniciativa privada, que, na Amazônia e no Planalto Central, como ocorre atualmente no Nordeste, terá papel fundamental no desenvolvimento desses territórios. Para tanto, levou-se em consideração, na adoção de novas leis, a experiência vitoriosa da SUDENE. Mas, os instrumentos foram preparados tendo em vista, especificamente, a realidade amazônica.

Creio que seria supérfluo, tanto já são do vosso conhecimento os meios escolhidos pelo Governo para efetivar a integração da Amazônia no desenvolvimento nacional, vir a vos falar da orientação básica do plano ora em plena execução, dos incentivos incluídos na legislação, ou dos organismos e recursos existentes para assegurar ao País que a chamada «Operação Amazônia» dispõe hoje de condições para prosseguir rápida e vigorosamente na consecução dos seus grandes e patrióticos objetivos. A SUDAM, o BASA, o FIDAM deixaram de ser meras siglas ou mananciais de empreguismo, como ocorria com os órgãos anteriormente existentes, para serem instrumentos ativos e eficientes a serviço do desenvolvimento da Amazônia, e a cuja disposição o Governo colocou recursos realmente vultosos.

Não fizemos milagre que não fôsse o do trabalho e o da honestidade. E daí a verdadeira multiplicação dos pães a que temos assistido na administração da Amazônia. Realmente, ao assumir o General Mário Cavalcanti a direção da SPVEA em 1964, não encontrou sequer um projeto aprovado para absorver os recursos oriundos do Imposto de Renda. Hoje, há cerca de 40 projetos, aprovados, com investimentos previstos num montante de 73 bilhões; além de mais 9 projetos em fase de conclusão, num total aproximado de sete bilhões. Alguns deles, como acontece com o da JUTEX, para fiação e tecelagem, da SIDERAMA, para siderurgia, e da SABIM e INASA, para madeiras, são indiscutivelmente grandiosos e contribuirão para mudar a face econômica da Região.

Começamos assim, não diria a redescobrir, mas a integrar a Amazônia na economia nacional. Estou certo de que o propósito que já manifestais ocorrendo ao chamamento desta auspiciosa reunião, que eu me permitiria denominar a Reunião da Esperança, será extraordinariamente benéfico. É ela a vossa magnífica e corajosa resposta à iniciativa governamental, propiciando uma série de medidas, recursos, instrumentos, isenções e facilidades com o indeclinável e patriótico objetivo da integração da Amazônia. Prova de que a empresa privada brasileira continua vigorosa e com capacidade para atender ao desafio que lhe foi lançado.

Mas, além dêsse louvor que vos é justamente devido, enseja-me êste encontro de investidores um diálogo franco com o empresariado nacional, peça fundamental, mola mestra do modelo de desenvolvimento econômico que preferimos, isto é, o desenvolvimento sem compulsão totalitária ou arregimentação socialista.

Ao empresariado, como aos assalariados, foram pedidos sacrifícios na luta contra a inflação e na difícil tarefa de reconstruir as bases do nosso desenvolvimento comprometidas pela indisciplina e pela imprudência. Mas êsses sacrifícios são pequenos se nos lembrarmos que antes marchávamos aceleradamente para a desordem financeira e a agitação social, e já estávamos em franco retrocesso econômico, nos dois últimos anos anteriores à Revolução. É humano têmos ambições grandes e memória curta. Mas é estéril a recriminação sem objetividade.

Dos empresários temos exigido maior fidelidade no pagamento dos tributos, maior esforço de produtividade, maior disciplina no acesso ao crédito, maior aceitação da concorrência como instrumento de promoção de eficiência e defesa do consumidor. Muitos têm enfrentado problemas de adaptações a um mercado mais exigente, menos açodado. Outros perderam fontes ilegítimas de capital de giro, antes encontradas na evasão ou postergamento de tributos, no crédito subvencionado em benefício de grupos privilegiados, nas tarifas irrealistas de energia e transportes, que aparentemente barateavam a produção, mas acabavam encarecendo-a pelo racionamento e deterioração resultantes da incapacidade de investimento das empresas de serviços públicos.

Mas, ao alinharem suas queixas, esquecem-se alguns empresários das inúmeras medidas de fortalecimento empresarial tomadas pelo Governo. A modernização do sistema fiscal ora completada com os recentes decretos-leis sobre os Impostos de Renda, Consumo e Importação e com a implantação do novo Código Tributário, dá outro alento ao empresário nacional, extingue a tributação sobre lucros fictícios e sobre a manutenção do capital de giro; permite deduzir do imposto devido quotas realistas para a reposição do equipamento; encoraja a subscrição de ações; substitui o obsoleto imposto do selo por uma tributação moderada sobre operações financeiras; e, finalmente, elimina a incidência em cascata dos

impostos estaduais e municipais. A reconstrução do crédito internacional do País, permite ao empresário brasileiro, pela primeira vez em muito anos, obter empréstimos externos em condições razoáveis. Criaram-se novas agências de crédito como o FINAME e o FIPEME, para financiar equipamentos e dar assistência a pequenas e médias indústrias. O empresário nacional não mais trabalha sob a permanente ameaça de confisco. Pode calcular os seus custos salariais, e não enfrenta a perspectiva de contínuas greves de inspiração política que, ao interromperem a produção, prejudicavam por igual o empresário, o trabalhador e a grande massa consumidora.

Foi preciso longo e penoso esforço para reestabelecermos as bases de um desenvolvimento estável. Mas, tudo indica estarmos no limiar de um novo e grande surto de investimentos privados.

São indicativos disso a grande demanda de recursos de investimento nos bancos oficiais, como o BNDE, não só para grandes empreendimentos mas também para a pequena e média indústria; a enorme explosão de interesse nos incentivos fiscais para investimento no Nordeste que, somente este ano, farão com que mais de 400 bilhões de cruzeiros devidos ao Imposto de Renda sejam retirados pelos próprios investidores, para aplicação em centenas de projetos naquela área; o extraordinário e surpreendente acréscimo do volume e valor dos projetos apresentados à Comissão de Desenvolvimento Industrial, bastando lembrar que, enquanto em todo o ano passado foram aprovados investimentos no valor de 198 bilhões de cruzeiros, é provável que até dezembro próximo tenhamos aprovado cerca de um e meio trilhão de cruzeiros, cobrindo campos variados como a Petroquímica, os metais não-ferrosos e a indústria mecânica.

Esse retrato certamente não confirma as previsões de irreversível debilitamento da iniciativa privada.

Na oportunidade deste encontro com investidores há outro tema que desejaria tratar. Refiro-me aos falsos nacionalistas, que querem consumir e não poupar, que falam no desenvolvimento do grande interior, mas nunca abandonam o conforto das metrópoles, que defendem intransigentemente privilégios e recusam

tenazmente deveres, que clamam por investimentos do Governo mas também reclamam menos impostos e maiores salários, que deblateram contra o capital estrangeiro mas não oferecem nenhuma receita para aumentar a poupança nacional.

Fala-se irresponsavelmente em desnacionalização de empresas, citando-se exemplos pouco numerosos e às vezes totalmente falsos. Esquece-se, porém, o fato verdadeiro de que, em setores fundamentais como energia elétrica, telecomunicações e minérios, foram trazidos para controle nacional, nestes últimos dois anos, acervos no valor de meio trilhão de cruzeiros, e de que, continuamente, empresas estrangeiras se abrem à participação nacional, premidas pela legislação tributária que discrimina em favor das empresas de capital aberto.

Exemplo de verdadeiro nacionalismo é o planejamento austero das despesas de Governo, que nos permitiu, em pouco mais de dois anos, dobrar a percentagem votada a investimentos na infraestrutura econômica e social do país, comparativamente às despesas de custeio. Exemplo de verdadeiro nacionalismo são os programas de eletricidade e aço, que dobrarão até 1970 a capacidade instalada de energia elétrica e até 1972 a produção do aço.

Exemplo de verdadeiro nacionalismo é a recuperação de várias empresas estatais que, de ninhos de corrupção, empreguismo e deturpação política, passaram a ser eficientemente geridas.

Exemplo de verdadeiro nacionalismo é a restauração cambial do país, que nos dispensa da humilhação de mendigar empréstimos e nos permite negociar com independência e altivez.

Exemplo de verdadeiro nacionalismo é o esforço de integração econômica das áreas subdesenvolvidas como o nordeste, através da SUDENE, hoje revitalizada, ou deste imenso norte, através da «Operação Amazônia», para a qual conclamamos toda a devoção do setor público e todas as energias vivas da iniciativa privada.

Num país de longa história independente, de dimensões continentais como o Brasil, de regiões já altamente desenvolvidas, o receio do colonialismo revela injustificável complexo de inferioridade, incompreensão dos rumos da história e subestimação do nosso

próprio valor. Podemos e devemos atrair a colaboração da técnica e do capital estrangeiro, sem dar-lhes qualquer privilégio e exigindo pleno cumprimento das nossas leis, mas também sem ressentimentos e sem medo, pois que a nossa própria história revela que São Paulo, a região do país que mais absorveu capital estrangeiro, longe de se desnacionalizar, transformou-se em fator de poupança nacional e hoje exporta investidores e tecnologia para levar ao nordeste e à Amazônia uma contribuição em recursos, técnica e organização empresarial, que constitui autêntico cimento da integração nacional.

O sadio nacionalismo, que convém aos empresários, que convém ao Governo, que convém ao país, é aquele que busca a racionalidade e eficácia dos investimentos, quer internos, quer externos, na convicção de que a verdadeira independência provém da energia dos que realizam o programa nacional, e não dos demagogos que promovem a desunião dos patriotas e buscam descarregar sobre outrem a culpa de nossas naturais deficiências.

No que diz respeito à Amazônia, foi o nosso profundo nacionalismo que ditou e orientou o complexo de medidas que, na realidade, são a causa do vosso comparecimento a este encontro de investidores mas, ao lado desses fatores vigorosamente criados pelo Governo no sentido de efetivar a já famosa «Operação Amazônia», não podemos esquecer o fator político, por certo inseparável e insubstituível em qualquer iniciativa econômica como a que ora se realiza nesta região. É que somente uma política fortemente apoiada pelo povo poderia proporcionar estes dois elementos sem os quais aqui não estariam os que em tão boa hora pretendem investir na Amazônia: confiança e tranquilidade. Ambos, certamente, agora mais fortalecidos pela realização das derradeiras eleições previstas no calendário, que estabelecemos para completar o ciclo da democratização do país. Eleições que fizeram cair por terra a maledicência, a intriga, se não a injúria dos que malgrado nossas reiteradas afirmativas quanto aos pleitos previstos e programados, continuaram tentando enganar ou perturbar o povo com aleivosas invencionices em torno do não cumprimento do calendário eleitoral. Hoje, não sei o que ainda dirão aos clientes que iludiram. Mas, seguramente, não custa imaginar

o que dêles estarão pensando os que se viram tão redondamente ludibriados.

Assim é que, sucessivamente, vimos realizarem-se as eleições de 3 de setembro, 3 de outubro e, por último, as de 15 de novembro, que, pelo voto direto, representaram a escolha de deputados federais e estaduais, senadores, prefeitos e vereadores. E apesar da intensidade das disputas eleitorais em algumas regiões, em nenhuma delas deixou de haver a mais completa liberdade e segurança para os eleitores. O país, ao contrário do ocorrido em épocas não remotas, não assistiu ao uso do dinheiro público ou dos favores a custo do erário nacional ou estadual em favor dos candidatos do partido da revolução. De tal modo que não houve, mesmo entre os mais rudemente derrotados, quem pudesse argüir qualquer suspeita de pressão ou de fraude. Longe disso, o entusiasmo e a normalidade foram as notas dominantes em todo o país, que assistiu assim a um dos pleitos mais livres e mais democráticos de que há memória em nossa história política. E é justamente essa circunstância que torna extraordinariamente expressiva a vitória alcançada pela ARENA, que contará, no futuro Congresso, com mais de dois terços de cada uma das Casas do Parlamento.

E se o povo assim votou livremente, apoiando os candidatos da ARENA, é porque, feito um balanço da situação nacional, e apesar dos sacrifícios que dêle tem sido reclamados, apóia os ideais da revolução e não deseja retornar aos dias de corrupção e subversão, que assinalaram a fase anterior ao 31 de março. Cumpre, pois, à ARENA, ao se transformar em grande e vigoroso partido nacional, e com base nos milhões de votos que lhe asseguram posição política de extraordinário e indiscutível prestígio, dar ao país a tranqüilidade que todos almejam para prosseguir no trabalho de recuperação do país. Nem outro pode ser o sentido da eleição que o Brasil acaba de viver, e que de modo tão inequívoco está a apontar, se não a exigir, que não há rumo popular fora da completa consolidação dos objetivos da revolução. Foi assim que os brasileiros votaram, ciosos da tranqüilidade que desfrutaram e desejosos de não perturbarem a confiança dos que almejam trabalhar e prosperar.

Dêsse modo, sólidamente estruturada a maioria parlamentar da revolução pelo voto do povo brasileiro, está ela em condições de assegurar-vos um fecundo período de paz, período que nada deverá perturbar: nem a agrura dos derrotados, nem o inconformismo dos agitadores.

E a quinze de março de 1967, um nôvo govêrno, chefiado pelo eminente Marechal Costa e Silva, na base dessa vitória, do vosso trabalho e do apoio dos brasileiros dará ao Brasil melhores dias para suas finanças e economias, ou melhor, para o desenvolvimento nacional.

Falando-vos, aliás, na Amazônia, seria impossível omitir que, devido às próprias condições econômicas e geográficas, tornara-se ela, no País, uma das regiões mais sacrificadas pela corrupção. Houve, por isso mesmo, que saneá-la com energia e determinação. E com êsse objetivo não foi pequeno, e muito menos suave, o papel que precisou desempenhar, ao lado de outros companheiros, o Governador Artur César Reis, cuja tenacidade e honestidade de propósitos todos bem conhecem. Por isso mesmo, extraordinariamente significativas, como demonstração do sentimento popular, foram as amplas vitórias obtidas pela revolução no Pará e no Amazonas, onde o povo confirmou, nas urnas, o que se fizera com amparo na legislação revolucionária.

Estou certo de que, preparada a base financeira, econômica e política que o Govêrno ora vos oferece, estareis em condições de tornar benemèritamente frutuoso o encontro que ora realizais, para melhor conhecimento da imensa e promissora região amazônica e das suas possibilidades para lucrativos investimentos. E podeis estar seguros de que a ação que aqui ireis desenvolver, com os vossos recursos e a vossa capacidade, será bendita, não apenas pela região diretamente beneficiada, mas por todo o País, que deseja assistir, sem demora, à total integração da amazônia na vida, no progresso e nas esperanças da nacionalidade.